

POLÍTICA

Constituinte: as idéias reprovadas.

A idéia, lançada por Franco Montoro, iria beneficiar principalmente São Paulo, que teria maior representatividade na Constituinte.

“Essa história de delegado-constituinte não tem qualquer futuro” — comentou ontem o presidente José Sarney com um dirigente nacional do PMDB, ao confirmar sua posição contrária à tese que circula na Câmara e no Senado, da eleição de 123 “delegados-constituintes”, com o mínimo de um e o máximo de 20 por Estado, com vinculação partidária, mas sem mandato no Congresso.

A proposta tem sido atribuída ao governador Franco Montoro — que ontem voltou a apoiá-la como uma forma de dar “equilíbrio e representatividade” à Constituinte — mas na opinião do líder peemedebista Humberto Lucena (PB) tem um objetivo muito claro: o de ampliar indiretamente as bancadas dos grandes Estados do Centro-Sul na Constituinte.

O deputado Pimenta da Veiga (MG), líder do governo na Câmara, mesmo lembrando que, se aprova-



Pimenta não crê e Itamar repudia a idéia do delegado

da a idéia, Minas seria beneficiada com a eleição de mais 15 representantes na Constituinte, afirmou que a proposta “difícilmente seria aprovada”. Ele argumentou que os representantes do Norte e do Nordeste, de todos os partidos, não aceitam o predomínio de São Paulo, Minas e Rio na Constituinte.

Pimenta voltou a explicar que o Conselho Político do governo não tomou nenhuma decisão a respeito, na reunião de anteontem, ou

que tivesse encarado a proposta com simpatia. “Ao contrário, ela foi muito combatida. A reação foi desfavorável.”

A tese mereceu o repúdio do Senado também, através de longo discurso feito ontem por Itamar Franco (PMDB-MG), com apertes de apoio do líder do PDS, Murilo Badaró (MG), de Jutahy Magalhães (PFL-BA), Jorge Kalume (PDS-AC), Henrique Santillo (PMDB-GO), Néelson Carneiro (RJ) e José Lins (PFL-CE).

Exclusiva

Itamar Franco pregou também a separação das eleições para a Constituinte e para governadores de Estado, porque os candidatos a este último cargo tendem a ser os carros-chefes da campanha, e o assunto de maior importância para o País ficaria relegado a segundo plano.

— E continuo na defesa da tese de que deveríamos ter constituintes só para fazer a Constituição.

Essa idéia tem sido defendida com ardor pelos dirigentes da CUT e da OAB e ontem o líder do PDT, Nadir Rossetti (RS), previu que ela poderá vir a ser adotada, diante do crescimento na sociedade do movimento a favor de uma Constituinte exclusiva.

Mas, se vier a ser adotada, não o será com os votos dos senadores Jorge Bornhausen, presidente do PFL, e Amaral Peixoto, presidente do PDS. Bornhausen até apóia a emenda do deputado Pedro Collin (PFL-SC), que separa as eleições de parlamentares — que serão os constituintes — do pleito de governadores, para que a campanha dos primeiros não seja prejudicada pela força dos segundos. Mas a proposta de uma Constituinte exclusiva é “absolutamente impraticável” em sua opinião.

— Em primeiro lugar, seria preciso montar uma enorme estrutura para o trabalho dos constituintes exclusivos — com prédio e funcionários próprios, de vez que eles não poderiam atuar no Congresso. Além disso, e principalmente, a Carta elaborada pelos constituintes exclusivos seria um instrumento bastante frágil, pois os deputados e senadores eleitos com poderes constituintes permanentes poderiam começar de imediato a promover modificações.

Ele considerou também totalmente inconsistentes as críticas do advogado Hermann Baeta, presidente da OAB, à comissão pré-Constituinte, que até agora só teve duas reuniões. “Fazer críticas neste momento é querer ser médium.”

O veterano Amaral Peixoto, constituinte de 46, estava mais revoltado ainda com todas as teses de “delegados”, “Constituinte exclusiva”, “comissões constituintes mu-

nicipais” — todas elas excluindo o Congresso.

— Então para que a Assembleia Nacional Constituinte? As leis não serão feitas em praça pública? Vamos acabar com o Congresso, por desnecessário, esquecidos de que o congressista, quando fala ou vota, o faz representando o povo. O grande perigo que ronda a Constituinte é o das galerias: leis feitas sob pressão são sempre más.

O deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relator do projeto que convoca a Constituinte, ponderou que “entre o ideal e o possível, existe uma grande distância”. Assim, ele continua pensando em apresentar um substitutivo separando as datas das eleições para governador e Congresso-Constituinte, aumentando o prazo de desincompatibilização dos candidatos que ocupam cargos no Executivo e adotando os delegados-constituintes.